



ESPECIALIZAÇÃO *LATO SENSU* EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE: CAMINHOS PEDAGÓGICOS DA PRIMEIRA TURMA DE UMA ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA

Rose Ferraz Carmo¹, João André Tavares Álvares da Silva¹, Roberta Moriya Vaz¹,
Fabiana Gonçalves Santos Costa¹

¹ Analista em Educação e Pesquisa em Saúde, Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte-MG, Brasil.

Email para correspondência: rose.carmo@esp.mg.gov.br

Resumo

Apresentamos a experiência de concepção, elaboração e oferta da primeira turma do Curso de Especialização *lato sensu* em Vigilância em Saúde de uma Escola de Saúde Pública. A Educação Permanente em Saúde norteou todas as etapas dessa experiência: elaboração da matriz curricular em conjunto com profissionais atuantes na Vigilância em Saúde municipal, regional e estadual; disciplinas mediadas por abordagens problematizadoras e trabalhos de conclusão de curso voltados para compreensão, descrição e propostas de intervenção nos territórios de trabalho dos/as alunos/as. Vinte oito profissionais atuantes na Vigilância em Saúde de 21 municípios diferentes concluíram o curso. Acreditamos que foi possível superar o conceito marxiano de qualificação profissional, considerando o cenário epidemiológico e a estrutura dos serviços de saúde foi um desafio, mas os caminhos pedagógicos apresentados nessa experiência demonstram que é possível fazer o movimento em direção a uma educação profissional emancipadora.

Palavras-chave: vigilância em saúde, educação profissional em saúde pública, educação permanente, educação continuada

Abstract

We present the pedagogical paths taken during the development and offer of the first class of the *Lato Sensu* Specialization Course in Health Surveillance at School of Public Health. Permanent Health Education guided all stages of this experience: the curriculum was drawn up in conjunction with professionals working in municipal, regional and state Health Surveillance; the subjects were mediated by problematizing approaches and the final course work focused on understanding, describing and proposing interventions in the students' work territories. Twenty-eight professionals working in Health Surveillance from 21 different municipalities completed the course. Overcoming the Marxian concept of professional qualification, considering the epidemiological scenario and the structure of health services was a challenge, but the pedagogical paths presented in this experience show that it is possible to move towards an emancipatory professional education.

Keywords: health surveillance, professional training, professional education in public health, permanent education in health

1 Introdução

A educação profissional em saúde se conformou a partir de ideais e práticas hegemônicas que buscavam adaptar o trabalhador ao mercado de trabalho e às necessidades de manutenção e transformação do capital (Pereira; Ramos, 2006). Projetos contra hegemônicos, como as Escolas de Saúde do Sistema Único de Saúde (SUS), vivenciam desde então um cenário de permanente disputa e embate por uma educação em saúde voltada à construção de uma sociedade mais humana e solidária comprometida, portanto, com a formação profissional. Nesse sentido, se reconhece a educação profissional como resultado de processos históricos relacionado à capacitação para e no trabalho na perspectiva dos trabalhadores, assumindo assim um caráter autônomo e de autovalorização a partir da relação permanente entre o trabalhador e o processo de trabalho (Pereira; Ramos, 2006).

No âmbito da Vigilância em Saúde, a questão da formação profissional tem adquirido novos contornos relacionados, sobretudo, a emergências em saúde pública, notadamente aquelas relacionadas às arboviroses como: a tríplice epidemia de Zika, Dengue e Chikungunya ocorrida no Brasil, em 2016, com a agravante constatação de que a infecção pelo vírus Zika durante a gravidez tem relação direta com uma outra epidemia, a de casos de microcefalia, entre outros comprometimentos da Zika congênita (Gameiro, 2016); o surto de febre amarela de transmissão silvestre, que acometeu a região sudeste do Brasil em 2016, principalmente os estados de Minas Gerais e Espírito Santo (Cavalcante; Tauil, 2017) e a recente epidemia de Dengue, com registro de mais de 6 milhões de casos prováveis entre janeiro e julho de 2024 (DATASUS, 2024). Além das arboviroses, vale destacar os desastres minerários ocorridos em Minas Gerais e a pandemia de COVID-19. Outro aspecto relevante é a redução e a heterogeneidade das coberturas vacinais e o ressurgimento dos casos de sarampo (Sato et al., 2023; Souza et al., 2022).

Para compreender o desafio da formação de profissionais que atuam na Vigilância em Saúde é importante considerar alguns fatores como a promulgação ainda recente da Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS) (Brasil, 2018), a rotatividade profissional, a estruturação deficiente de serviços de vigilância nos municípios, a regulamentação apenas em 2016, do trabalho de agentes de combate a endemias, profissionais centrais para o trabalho cotidiano da vigilância em saúde, entre outras questões específicas de determinados territórios (Silva et al., 2022).

A complexidade desses fatores sinaliza a importância de processos formativos norteados pela Educação Permanente em Saúde (EPS) em consonância com a estratégia de organização da Vigilância em Saúde, preconizada pela PNVS (Brasil, 2018). A importância de processos formativos norteados pela EPS foi destacada por Pinto; Pereira; Limongi, (2017) em estudo sobre o conhecimento de Vigilância em Saúde entre profissionais do SUS e por Ivancko et al., (2021) ao apontarem a educação permanente como estratégia para ação integrada entre Atenção Primária à Saúde e Vigilância em Saúde.

Corroborando com a PNVS, alguns caminhos pedagógicos foram trilhados pela Escola de Saúde Pública de Minas Gerais (ESP-MG) com o intuito de construir e ofertar a primeira turma de um Curso de Especialização *lato sensu* em Vigilância em Saúde. O objetivo do presente artigo é apresentar esses caminhos pedagógicos e os seus resultados.

1.1 A Educação Permanente em Saúde como referencial político pedagógico da Escola de Saúde Pública de Minas Gerais

A ESP-MG, criada em 1946, vem ao longo de sua história desenvolvendo ações educacionais e de pesquisa na área da saúde pública, com a missão de “fortalecer o SUS, produzindo e difundindo conhecimentos junto a trabalhadores, gestores e usuários, por meio de ações educacionais e de pesquisa, com a Educação Permanente em Saúde como referencial político pedagógico, contribuindo com a qualidade dos serviços de saúde pública de Minas Gerais” (Minas Gerais, 2024). O compromisso expresso na missão institucional da ESP-MG, tem convidado seus trabalhadores e trabalhadoras a refletirem sobre as potencialidades da EPS, mas também sobre os desafios da articulação entre o seu papel nas práticas de ensino-aprendizagem e sua contribuição para construção de um sistema de saúde equânime e integral (Minas Gerais, 2024).

Em 2004, foi implantada no Brasil a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) (Brasil, 2004) que considera a Educação Permanente um conceito pedagógico aplicado ao setor saúde para relacionar ensino, serviço, ações de saúde e docência, que a partir da Reforma Sanitária Brasileira, foi ampliado para relações entre formação e gestão, desenvolvimento institucional e controle social. Assim, a EPS abrange o aprendizado no cotidiano dos serviços de saúde, a reflexão crítica sobre o trabalho e resolutividade clínica e a promoção da saúde coletiva (Brasil, 2004).

A EPS pode ser compreendida como uma prática de ensino-aprendizagem e, também, como uma política de educação na saúde em que se vislumbra nova lógica na formação de profissionais para a saúde, pautada por uma concepção construtivista, de problematização de práticas e saberes no cotidiano do trabalho (Ceccim, 2005b; Ceccim; Ferla, 2008). Nesse sentido, constitui-se um processo de aprendizagem que favorece a construção de conhecimentos, a partir do saber originário do cotidiano dos trabalhadores e os problemas experienciados na cena laboral (Brasil, 2007, 2014).

Como política de educação na saúde, a EPS afirma a potencialidade da rede de serviços públicos de saúde como uma rede de ensino aprendizagem com forte vinculação entre formação, gestão, atenção à saúde e participação social. A esse respeito, concordamos com Ceccim (2005a) sobre as intercessões promovidas pela educação na saúde mediadas pelas metodologias construtivistas de ensino-aprendizagem.

No que diz respeito especificamente à formação no âmbito da Vigilância em Saúde, a ESP-MG tem ofertado ações educacionais destinadas a profissionais de diferentes níveis de escolaridade, na modalidade presencial e à distância. O Curso Técnico em Vigilância em Saúde, ofertado na modalidade presencial, certificou 84

alunos e alunas entre os anos de 2013 e 2016. Na modalidade de Educação à Distância (EaD) têm sido ofertados continuamente, com certificação de mais de 4.000 alunos cada, o “Percurso Formativo do Fiscal Sanitário”; o curso “Território e Saúde: construindo saberes com agentes de saúde do SUS”; o Curso de Vigilância de Ambientes e Processos de Trabalho que teve a primeira oferta em 2024 com certificação de 895 alunos e nova oferta programada para agosto de 2025. Além disso, estão em fase de elaboração, em parceria com a Subsecretaria de Vigilância em Saúde de Minas Gerais, dois cursos em EaD: Curso Básico de Vigilância em Saúde e Curso Básico de Vigilância em Saúde Ambiental.

A formação em nível de Especialização *lato sensu* era uma demanda da Secretaria de Estado de Saúde e de profissionais atuantes na Vigilância em Saúde.

2 Metodologia

Trata-se de um relato de experiência elaborado a partir da concepção, oferta e conclusão da 1ª turma do curso de Especialização em Vigilância em Saúde da ESP-MG.

A concepção pedagógica do Curso de Especialização em Vigilância em Saúde realizada a partir do primeiro semestre de 2022 foi norteada pelos pressupostos da EPS e pelo princípio da indissociabilidade entre ensino e pesquisa, entendido não apenas como uma forma de produção e disseminação de conhecimento, mas também de compromisso social..

Os elementos estruturadores da concepção pedagógica do curso, EPS e indissociabilidade entre ensino e pesquisa operaram consequências na matriz curricular e na abordagem metodológica. Com relação à composição da matriz curricular, foi realizada uma oficina, com carga horária de 8 horas em agosto de 2022, para sua definição a partir das diretrizes criadas pela coordenação do curso, referentes sobretudo à divisão da matriz em módulos e a importância da integração entre eles.

A oficina contou com a participação de profissionais da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES-MG) e com a equipe responsável pela condução do curso e teve como objetivo principal construir uma matriz curricular que dialogasse com as demandas cotidianas dos serviços de vigilância em saúde, uma vez que todos os alunos e alunas seriam profissionais atuantes nesses serviços.

No que diz respeito à abordagem metodológica, foram priorizadas durante as disciplinas metodologias que favorecessem a aprendizagem significativa, interessada na interação entre experiências e saberes prévios dos alunos e alunas e conhecimentos novos e, ainda, uma abordagem problematizadora, inserida de maneira crítica na realidade e por meio de uma relação horizontal entre docente e alunos e alunas (Ceccim; Ferla, 2008). No âmbito da pesquisa, foram estimulados o desenvolvimento de trabalhos de conclusão de curso (TCC) que possibilitassem compreender, descrever, propor e mesmo intervir na realidade dos territórios de trabalho dos alunos e alunas.

3 Resultados

As aulas do Curso de Especialização em Vigilância em Saúde tiveram início em 07 de novembro de 2022 e foram finalizadas em 20 de outubro de 2023. As defesas dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) ocorreram entre os meses de novembro e dezembro de 2023 e fevereiro e março de 2024.

O Curso contou com uma coordenação técnica e uma coordenação pedagógica conforme apresentado na Tabela 1. Essa composição foi fundamental para a gestão acadêmica do Curso, incluindo o acompanhamento dos 42 docentes, entre trabalhadores/as da ESP-MG e da SES-MG. Além disso, a avaliação da aprendizagem foi realizada por disciplina e não por Módulo o que exigiu organização e acompanhamento pedagógico constantes.

Tabela 1 – Caracterização da Coordenação do Curso de Especialização em Vigilância em Saúde, Belo Horizonte, 2022 a 2023

Atuação	Formação	Escolaridade	Tempo de atuação na ESP-MG
Coordenação técnica	Enfermagem	Mestrado	14 anos
Coordenação técnica	Medicina Veterinária	Doutorado	14 anos
Coordenação pedagógica	Pedagogia	Mestrado	14 anos
Coordenação pedagógica	Pedagogia	Especialização	14 anos

Fonte: elaborado pelos autores

A matriz curricular do curso foi composta por três módulos que buscaram contemplar a integração de saberes e práticas próprias ao campo de conhecimentos e atuação da Vigilância em Saúde. A organização didática em módulos propõe uma ordem sequencial e uma integração e articulação entre os temas e as disciplinas que compõem os módulos.

O Módulo I – Introdutório – apresentou e discutiu temas que alicerçam a construção de conhecimento sobre a Vigilância em Saúde no Brasil. O Módulo II – Específico – apresentou e discutiu a normatização, o campo de atuação e a operacionalização de cada uma das áreas que compõem a Vigilância em Saúde de acordo com Art. 3 da Política Nacional de Vigilância em Saúde: vigilância epidemiológica, vigilância em saúde ambiental, vigilância em saúde do trabalhador e vigilância sanitária. Por fim, o Módulo III – Integrador – apresentou, discutiu e refletiu sobre a integração entre as diferentes áreas de atuação da Vigilância em Saúde, a integração entre Vigilância em Saúde e Atenção Primária à Saúde, além da intersetorialidade, considerando a transversalidade das ações de Vigilância em Saúde sobre a determinação do processo saúde doença.

Os temas propostos na matriz curricular foram abordados em disciplinas modulares e em duas disciplinas transversais, Metodologia e Seminários em Vigilância em Saúde. Essas disciplinas foram realizadas de forma contínua durante o curso, com cargas horárias nos três módulos.

A disciplina de Metodologia enfatizou o conhecimento do método científico, mais especificamente sua evolução histórica, correntes de pensamento e tipos de estudo científico. Outros conteúdos abordados nessa disciplina foram a redação de textos científicos e como referenciá-los. É importante destacar que o bibliotecário da ESP-MG esteve com os alunos e alunas em uma aula prática sobre a busca de artigos em periódicos científicos. Os temas abordados na disciplina de Metodologia tiveram como objetivo instrumentalizar e subsidiar os alunos e alunas para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Já os Seminários em Vigilância em Saúde buscaram aproximar o conteúdo teórico da realidade dos serviços em que os alunos e alunas atuavam, assim como discutir temas considerados relevantes e de interesse da turma.

Quadro 1: Matriz curricular e carga horária, Curso de Especialização em Vigilância em Saúde, ESP-MG, 2022-2024

Módulo I – Introdutório	
Disciplinas	Carga Horária (horas)
O SUS e as Políticas de Saúde no Brasil	24
Vigilância em Saúde e Promoção da Saúde	36
Comunicação e Informação em Saúde	16
Módulo II – Específico	
Disciplinas	Carga Horária (horas)
Epidemiologia e Bioestatística básica	32
Sistemas de Informação em Saúde	20
Vigilância Laboratorial	16
Comunicação, mobilização, vínculo e a produção de sentidos no trabalho e nos territórios	16
Vigilância Epidemiológica	32
Vigilância Sanitária	32
Vigilância em Saúde Ambiental	24
Vigilância em Saúde do Trabalhador	24
Módulo III - Integrador	
Disciplinas	Carga Horária (horas)
Integralidade e intersetorialidade na Atenção à Saúde	20
Desastres e emergências em Saúde Pública	16
Educação Permanente em Saúde	16
Metodologia	24
Seminários	12
Carga horária total	360

Fonte: elaborado pelos autores

Atendendo à legislação do Conselho Estadual de Educação (CEE), o curso de Especialização em Vigilância em Saúde foi composto por 380 horas, sendo 360 de

atividades teórico práticas presenciais e 20 de atividades relacionadas à elaboração do TCC. As atividades presenciais foram concentradas em encontros de 32 horas semanais, uma vez por mês.

Dentre os 44 alunos classificados no processo seletivo, 28 (12,3%) alunos e alunas residentes em 21 municípios mineiros diferentes efetivaram a matrícula e concluíram o curso. Destacamos como fatores determinantes para a permanência de alunos e alunas no curso a liberação do serviço pela chefia para frequentar as aulas; a disponibilização de transporte e a ajuda de custo para pagamento de alimentação, diária de hotel e transporte.

É importante destacar que durante a disciplina de Vigilância Laboratorial foi realizada uma visita técnica à Fundação Ezequiel Dias (FUNED), com objetivo de aproximar nossos alunos e alunas do processo de trabalho de laboratórios de referência para Vigilância em Saúde. Essa disciplina foi inovadora e muito bem avaliada pelos discentes.

Os Seminários em Vigilância em Saúde favoreceram a integração entre os conteúdos abordados nas disciplinas, a interdisciplinaridade, a apresentação e discussão de temas atuais e de interesse dos alunos e alunas e proporcionaram a ampliação de espaços dialógicos entre os participantes. Foram realizados cinco seminários tendo como temas: O lugar da Vigilância em Saúde no SUS; Vigilância de Zoonoses no Contexto da Saúde Única; Arboviroses; Vigilância Sanitária; Vigilância em Saúde do Trabalhador.

O processo de orientação relacionado às atividades de elaboração e escrita do TCC também favoreceu a relação prático-teórica de modo a contribuir para a reflexão, análise, problematização e proposta de intervenção e transformação da realidade de trabalho dos alunos e alunas. Ao longo de todo o processo de orientação a equipe de coordenação do curso realizou reuniões com orientadores e orientadoras para acompanhar o desenvolvimento dos alunos e alunas na elaboração do TCC e fornecer apoio.

Os temas abordados pelos alunos e alunas no TCC incluíram: histórico da Vigilância em Saúde em Minas Gerais; Vigilância de Óbitos; Vigilância Laboratorial; Vigilância Sanitária; Vigilância em Saúde Ambiental. Foram abordados ainda o perfil epidemiológico do município de atuação do aluno/a referente a morbimortalidade, casos notificados de sífilis congênita e violência autoprovocada.

A importância da testagem das infecções sexualmente transmissíveis (IST) e do acompanhamento da tuberculose em privados de liberdade foram tema de dois TCC apresentados no Curso. Dois relatos de experiência foram apresentados, sendo um sobre a implantação da modalidade de teletrabalho para trabalhadores e trabalhadoras de um hospital público com COVID-19 e implantação de testes rápidos para IST na Atenção Primária.

Além disso, foi apresentado um projeto de intervenção sobre inquérito vacinal.

4 Discussão

A oferta da primeira turma da Especialização em Vigilância em Saúde pela ESP-MG constituiu um esforço institucional no sentido de preencher uma lacuna de formação profissional, uma vez que eram praticamente inexistentes as ofertas de pós-graduação *latu sensu* voltadas, especificamente, para trabalhadores e trabalhadoras do SUS de Minas Gerais atuantes na Vigilância em Saúde.

A falta de ofertas de qualificação para o trabalho na Vigilância em Saúde, leva os trabalhadores a se capacitarem no cotidiano dos serviços por meio do estudo de regulamentos e normas e em cursos específicos realizados por iniciativa própria (Silva *et al.*, 2022). Esse cenário reforça a importância da EPS para construir processos educativos ascendentes, participativos e dialógicos, que contemplem as necessidades dos territórios e suas relações com o ambiente e a saúde.

O fato das ações educacionais da ESP-MG serem norteadas pelo referencial político pedagógico da EPS contribuiu para que os caminhos pedagógicos percorridos durante a elaboração e oferta do Curso de Especialização em Vigilância em Saúde fossem estruturados a partir de concepções críticas e emancipatórias de formação de profissionais da área da saúde. Além disso, a incorporação de representantes da SES-MG, ligados à Subsecretaria de Vigilância em Saúde, desde a concepção da matriz curricular até a docência e orientação de TCC foi fundamental para nos aproximarmos ao máximo dos pressupostos da EPS.

Com relação à matriz curricular é importante destacar a intencionalidade da coordenação do curso em avançar na discussão sobre a integralidade das ações de Vigilância em Saúde e sua incorporação em todos os pontos da Rede de Atenção à Saúde (RAS). O desafio posto foi abordar a especificidade e a complexidade de cada uma das áreas descritas na PNVS (Brasil, 2018) ao considerar como estratégia a articulação dos saberes, processos e práticas relacionados à vigilância epidemiológica, vigilância em saúde ambiental, vigilância em saúde do trabalhador e vigilância sanitária.

Pedagogicamente, optamos pela conformação de um Módulo Específico que percorreu cada uma dessas áreas, precedido por um Módulo Introdutório que abordou temas estruturantes para Vigilância em Saúde.

Durante a disciplina de Vigilância em Saúde e Promoção da Saúde, pertencente ao Módulo Introdutório foi identificado pelas docentes a importância de abordar de forma mais ampliada o tema dos Determinantes Sociais em Saúde (DSS) e da Promoção da Saúde, já que alguns alunos e alunas não conheciam a discussão sobre os DSS. A partir dessa constatação durante a disciplina, foi elaborado na modalidade EaD em parceria com a Diretoria de Promoção da Saúde da SES-MG o curso “Promoção da Saúde no SUS-MG: políticas e possibilidades de intervenção”. Esta ação educacional foi ofertada em 2023 e 2024 de forma ampliada para todos profissionais de saúde do SUS de Minas Gerais, na plataforma de EaD da ESP-MG

Para resgatar a intencionalidade inicial da coordenação do curso, em consonância também com a PNVS (Brasil, 2018), foi conformado um Módulo Integrador cujo objetivo principal foi destacar a transversalidade das ações de Vigilância em Saúde sobre a determinação do processo saúde doença.

O tema das emergências em Saúde Pública, mais especificamente, os desastres minerários, assumiram centralidade no Módulo Integrador, considerando o estado de Minas Gerais, território de atuação dos nossos alunos e alunas e o fato de que em cenários de emergências é imprescindível a integração entre as diferentes áreas da Vigilância em Saúde, a integração com a APS e a integração da Vigilância em Saúde com outros setores, como a Defesa Social.

Como nos apontam Leite; Pinto; Fagundes (2020), o objetivo central da EPS é a transformação do trabalho visando à reorganização e melhoria da gestão e da qualidade dos serviços. Nesse sentido, a EPS deve conformar um espaço de diálogo entre trabalhadores e trabalhadoras, gestores e gestoras, docentes e destes com os usuários das ações e serviços de saúde (Higashijima *et al.*, 2024).

No que diz respeito à gestão, a experiência com a primeira turma do Curso de Especialização em Vigilância em Saúde nos mostrou que, apesar da institucionalização da formação de trabalhadores da saúde e da EPS como seu eixo norteador, há em alguns serviços de saúde municipais, ainda que velada, uma resistência com relação a liberação dos trabalhadores e trabalhadoras para participação em processos formativos e disponibilização de ajuda de custo para deslocamento, hospedagem e alimentação.

Essa resistência constitui-se em um obstáculo frente às propostas de formação profissional em saúde ancoradas pela EPS ou em outros referenciais, impactando no potencial da formação e qualificação dos profissionais para influenciar tanto a construção de relações de trabalho com vistas ao atendimento da população, quanto à reflexão do cotidiano de trabalho no contexto do SUS (Pereira; Ramos, 2006).

Leite; Pinto; Fagundes, (2020) nos convidam a analisar dois aspectos fundamentais: o lócus onde se desenvolve a EPS e os propósitos de seus processos educativos. De acordo com os autores, ao refletir sobre o lócus onde se desenvolve a EPS devemos considerar a complexidade das organizações de saúde e as determinações econômicas, políticas e sociais a que estão expostas. Já o propósito da EPS estaria ligado à articulação de vontades coletivas e conformação de sujeito coletivo, viabilizando a busca por mudanças no mundo do trabalho e a construção de um cenário político institucional contra hegemônico.

Consideramos a Especialização em Vigilância em Saúde como uma experiência de EPS desenvolvida no lócus da ESP-MG, cujo propósito era provocar mudanças no mundo do trabalho, incluindo o seu cenário político institucional. Embora não tenha sido nossa intenção identificar diretamente essas mudanças, foi possível observar, durante as aulas diferentes aspectos da EPS como: o diálogo e o compartilhamento de experiências entre alunos e alunas de diferentes territórios; o interesse de docentes sobre as práticas desenvolvidas cotidianamente pelos alunos e alunas, considerando as formas de organização dos seus processos de trabalho, o cenário epidemiológico de seus territórios

de atuação e a incorporação de seus saberes e experiências nas discussões realizadas. Leite; Pinto; Fagundes, (2020) destacam a necessidade de aprofundar as reflexões e investir em estudos sobre a EPS, além de conhecer, acompanhar e avaliar iniciativas que primam pela educação no mundo do trabalho da saúde, particularmente no âmbito do SUS, ao qual acrescentamos as Escolas de Saúde do SUS.

A vinculação direta dos temas abordados nos TCC com o território de atuação dos alunos e alunas, demonstrou a priorização do processo de trabalho como norteador das reflexões, em consonância com os pressupostos da EPS e com o reconhecimento de que o trabalhador e a trabalhadora podem produzir conhecimento novo, com base em discussões, análises conjuntas e implicações com os problemas reais, em um processo constante de investigação das suas causas e da busca de alternativas para sua resolução (Jesus; Rodrigues, 2022). A esse respeito, compreendemos que as reflexões propostas durante as disciplinas sobre o potencial do território não apenas como gerador de doenças e agravos, mas como produtor de saúde, foram fundamentais.

O número de docentes foi um desafio para a coordenação do curso, mas permitiu avançar para além da questão metodológica apontada por Lemos, (2016) na qual os problemas do serviço de saúde viriam à tona para serem resolvidos. Nossos alunos e alunas eram convidados/as a refletir sobre o mundo do trabalho, incluindo suas contradições e protagonizar movimentos reais em busca de mudanças.

5 Considerações finais

Ainda que normativas, reflexões e práticas pedagógicas contra hegemônicas possam ser identificadas, a educação profissional em saúde opera, muitas vezes, de acordo com o conceito marxiano de qualificação profissional, considerando a integração entre condições físicas e cognitivas para que os trabalhadores exerçam suas atividades considerando suas finalidades práticas ou aplicação concreta. Compreendemos que avançar na direção a uma educação profissional em saúde emancipadora inclui avançar também em direção a uma sociedade mais justa e igualitária. Os desafios são inúmeros, mas os caminhos pedagógicos percorridos durante o Curso de Especialização em Vigilância em Saúde demonstram que é possível fazer esse movimento.

É importante destacar que durante a elaboração e condução do curso percebemos que seria fundamental convidar os/as docentes a refletirem sobre a EPS. Com esse intuito uma pergunta era sempre colocada: Quem era o nosso aluno e a nossa aluna no início da ação educacional e como ele ou ela chega ao final, após passar pelo processo formativo oferecido pela ESP-MG?

Essa pergunta contribuiu para refletirmos também sobre nós, enquanto trabalhadores e trabalhadoras da ESP-MG e sobre o nosso papel na formação de profissionais atuantes na Vigilância em Saúde de Minas Gerais.

Acreditamos que essa é a maior contribuição do estudo aqui apresentado, a reflexão sobre possíveis caminhos pedagógicos que podem ser trilhados por Escolas de Saúde do SUS em direção a efetivação da EPS enquanto prática pedagógica e decisão política.

6 Referências

- BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria GM nº 198, de 13 de fevereiro de 2004.** Institui a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde como estratégia do Sistema Único de Saúde para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor e dá outras providências. 16 fev. 2004. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sgtes/pneps>. Acesso em: 18 maio 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria GM nº 1996, de 20 de agosto de 2007.** Dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. 28 ago. 2007. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2007/prt1996_20_08_2007.html. Acesso em: 18 maio 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS nº 278, de 27 de fevereiro de 2014.** Institui diretrizes para implementação da Política de Educação Permanente em Saúde, no âmbito do Ministério da Saúde (MS). 28 fev. 2014. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt0278_27_02_2014.html. Acesso em: 18 maio 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução MS/CNS nº 588, de 12 de julho de 2018.** Fica instituída a Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS), aprovada por meio desta resolução. 13 ago. 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/acesso-a-informacao/atos-normativos/resolucoes/2018/resolucao-no-588.pdf/view>. Acesso em: 18 maio 2025.
- CAVALCANTE, K. R. L. J.; TAUIL, P. L. Risco de reintrodução da febre amarela urbana no Brasil. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, vol. 26, n. 3, p. 617–620, 2017. DOI 10.5123/S1679-49742017000300018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/VwQPvpqQ79XWKzJKXVj8vXB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 7 maio 2025.
- CECCIM, R.B; FERLA, A.A. Educação Permanente em Saúde. In: PEREIRA, I. B. **Dicionário de educação profissional em saúde**. Isabel Brasil Pereira e Júlio César França Lima. 2. ed. rev. ampl. – Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.
- CECCIM, R. B. Educação Permanente em Saúde: descentralização e disseminação de capacidade pedagógica na saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, vol. 10, n. 4, p. 975–986, 2005a. DOI 10.1590/S1413-81232005000400020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/cbxpHx6Lv8qqqvwtBsghwjD/?lang=pt>. Acesso em: 18 maio 2025.
-

CECCIM, R. B. Educação Permanente em Saúde: desafio ambicioso e necessário.

Interface - Comunicação, Saúde e Educação, vol. 9, n. 16, p. 161–177, 2005b.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/icse/a/jC4gdtHC8RPLWSW3WG8Nr5k/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 18 maio 2025.

CECCIM, R. B.; FERLA, A. A. Educação e saúde: ensino e cidadania como travessia de fronteiras. **Trabalho, Educação e Saúde**, [s. l.], vol. 6, n. 3, p. 443–456, 2008. DOI 10.1590/S1981-77462008000300003. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/tes/a/VdPNdYy66RSD7QwqWVHYsxj/abstract/?lang=pt>.

Acesso em: 18 maio 2025.

DATASUS. **Departamento de Informática do SUS**. 2024. Disponível em:

<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sinanet/cnv/denguebbr.def>. Acesso em: 18 maio 2025.

FEUERWERKER, L. C. M. **Micropolítica e saúde: produção do cuidado, gestão e formação**. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2014. Disponível em:

<https://editora.redeunida.org.br/project/micropolitica-e-saude-producao-do-cuidado-gestao-e-formacao/>. Acesso em: 18 maio 2025.

GAMEIRO, N. Zika: do alarme ao silêncio. *Radis - Comunicação e Saúde*, Rio de Janeiro, p. 2, out. 2016. Disponível em: https://radis.ensp.fiocruz.br/pdf/radis-169_web.pdf. Acesso em: 7 maio 2025.

HIGASHIJIMA, M. N. S.; SLOMP JUNIOR, H.; FERLA, A. A. F.; FEUERWERKER, L. C. M.; CECCIM, R. B.; VASCONCELOS, J.; DE CARLI, A. D.; SANTOS, M. L. de M. Princípios e características da Educação Permanente em Saúde: resgate e resistência em favor de um SUS potente e em defesa da vida. **Ciência e Saúde Coletiva**, p. 0048, fev. 2024. Disponível em:

<https://cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/principios-e-caracteristicas-da-educacao-permanente-em-saude-resgate-e-resistencia-em-favor-de-um-sus-potente-e-em-defesa-da-vida/19096?id=19096>. Acesso em: 18 maio 2025.

IVANCKO, G. M.; ALVES QUERINO, R.; CRISTINY, G.; SILVA, S.; BORGES, R. D.; LIMONGI, J. E. Estratégia Saúde da Família e Vigilância em Saúde: conhecimento de médicos de família e comunidade sobre Vigilância Sanitária, Vigilância em Saúde Ambiental e Vigilância em Saúde do Trabalhador. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, vol. 16, n. 43, p. 2733–2733, 30 maio 2021. DOI 10.5712/RBMFC16(43)2733. Disponível em:

<https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/2733>. Acesso em: 18 maio 2025.

JESUS, J. M. de; RODRIGUES, W. Trajetória da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde no Brasil. **Trabalho, Educação e Saúde**, vol. 20, p. e001312201, 25 nov. 2022. DOI 10.1590/1981-7746-OJS1312. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/GP8Tbc45LMsFMNvd8fbx9fz/>. Acesso em: 18 maio 2025.

LEITE, C. M.; PINTO, I. C. de M.; FAGUNDES, T. de L. Q. Educação permanente em saúde: reprodução ou contra- hegemonia? **Trabalho, Educação e Saúde**, vol. 18, n. suppl 1, p. e0025082, 16 mar. 2020. DOI 10.1590/1981-7746-SOL00250. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/4BZcBgr5mXVpkqQygzM9hrG/>. Acesso em: 18 maio 2025.

LEMONS, C. L. S. Educação Permanente em Saúde no Brasil: educação ou gerenciamento permanente? **Ciência & Saúde Coletiva**, vol. 21, n. 3, p. 913–922, 1 mar. 2016. DOI 10.1590/1413-81232015213.08182015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/fjKYMNR6cVdt3SrJqrPhwJr/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 maio 2025.

MINAS GERAIS. Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais. **Plano de desenvolvimento institucional 2024-2028**. Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: ESP-MG, 2024

PEREIRA, I. B.; RAMOS, M. N. Educação Profissional em Saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

PINTO, D. S.; PEREIRA, B. B.; LIMONGI, J. E. Avaliação do conhecimento sobre Vigilância em Saúde entre os profissionais do Sistema Único de Saúde, Uberlândia, Minas Gerais. **Journal of Health & Biological Sciences**, vol. 5, n. 1, p. 37–43, 24 fev. 2017. DOI 10.12662/2317-3076jhbs.v5i1.1046.p37-43.2017. Disponível em: <https://periodicos.unichristus.edu.br/jhbs/article/view/1046>. Acesso em: 18 maio 2025.

SATO, A. P. S. *et al.* Vacinação do sarampo no Brasil: onde estivemos e para onde vamos? **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, n. 2, p. 351-362, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232023282.19172022>. Acesso em: 19 ago. 2025.

SILVA, C. M. S. C. da; JUNGES, J. R.; BARBIANI, R.; SCHAEFER, R.; NORA, C. R. D. Processo de trabalho na vigilância em saúde no Brasil: uma scoping review. **Cadernos Saúde Coletiva**, vol. 29, n. 4, p. 604–615, 21 jan. 2022. DOI 10.1590/1414-462X202129040274. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadsc/a/Q4NyX8hsH9XNR8VBqNGHV9r/>. Acesso em: 18 maio 2025.

SOUZA, J. F. A. *et al.* Cobertura vacinal em crianças menores de um ano no estado de Minas Gerais, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 9, p. 3659-3667, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232022279.07302022>. Acesso em: 19 ago. 2025.